

A Crise Financeira Internacional, seus efeitos na América Latina e a integração regional como moderador dos efeitos negativos na região

The International Financial Crisis, its effects in Latin America and regional integration as a moderator of the negative effects in the region

Alexandre Cesar Cunha Leite*
Maylle Alves Benício**

Resumo

O atual cenário internacional evidencia fortes instabilidades decorrentes de um sistema financeiro afetado por uma crise que gradualmente foi sendo disseminada. A recente crise financeira internacional teve início em meados de 2007, no setor hipotecário dos Estados Unidos, refletiu a lógica dos processos de globalização e desregulamentação financeira e não tardou em propagar-se por todos os continentes. Nesse sentido, a América Latina, inserida em um mundo cada vez mais marcado pela interdependência, rapidamente sentiu os efeitos deletérios da crise nos seus mais diversos níveis de atividade econômica. Dessa forma, o presente trabalho tem por intuito expor os efeitos sumamente negativos causados pela crise ao conjunto de países da América Latina e reiterar a importância da integração regional, embasada na cooperação, como um dos principais instrumentos para mitigar esses efeitos e amenizar significativamente as dificuldades estruturais que insistem em frear o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Crise Financeira Internacional, Sistema Financeiro Internacional, América Latina, Integração Regional, Economia Política Internacional.

Abstract

The current international scene evidences strong instabilities arising from a collapsed financial system. The recent international financial which began in the middle of 2007, on the U.S. mortgage sector, reflected the logic of the processes of globalization and financial deregulation and was quick to spread by all continents. In this sense, Latin America, set in a world increasingly marked by interdependence, quickly felt the deleterious effects of the crisis on its different levels of economic activity. Thus, this paper aimed

* Economista, mestre em Economia Política (PUC/SP), pós-graduado em Relações Internacionais (PUCMINAS), doutor em Ciências Sociais/Relações Internacionais (PUC/SP). Professor Adjunto da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Coordenador e líder do Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEPAP/UEPB/CNPq), pesquisador do Grupo de Economia Política do Imperialismo (UFRRJ) e pesquisador do Grupo de Pesquisa das Potências Médias (PUCMINAS). E-mail: alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br – alexccleite@gmail.com.

** Mestranda em Ciências Sociais Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: maylle_benicio@yahoo.com.br.

at exposing the extremely negative effects caused by the crisis to all of Latin America and reiterates the importance of regional integration, based on cooperation, as one of the main tools to mitigate these effects and minimize significantly the structural difficulties that insist on curb the region's development.

Keywords: International Financial Crisis, International Financial System, Latin America, Regional Integration, International Political Economy.

1 Introdução

Transcorridos mais de seis anos desde o estouro da bolha especulativa do setor imobiliário dos Estados Unidos, a crise financeira internacional teve, no período tratado nesse artigo, sua fase de disseminação de seus efeitos deletérios, alternando-se entre fases mais agudas e melhoras pontuais.

A referida crise está imersa em um período marcado pela forte globalização financeira e pela crescente desregulamentação da economia, no qual a estrutura produtiva sofreu expressiva reorientação espacial e as finanças desempenharam um papel central na economia internacional.

Nesse contexto, o efeito de contágio da crise recaiu sobre todos os mercados globais, atingindo, em maior ou menor grau, tanto os principais países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, impondo notáveis prejuízos e a busca por ações que atenuassem os efeitos da mesma.

A América Latina não escapou a essa lógica e rapidamente presenciou a desaceleração de suas economias e a obrigatoriedade de lançar mão de políticas anticíclicas com o fito de minorar os efeitos da crise. A despeito dessas ações políticas e ajustes econômicos, a crise mostrou que os países latino americanos permaneciam substancialmente condicionados às circunstâncias internacionais, explicitando, também, as fragilidades estruturais inerentes à trajetória de desenvolvimento da região.

Essa problemática traz à tona a questão da integração regional como uma importante ferramenta para consolidar o mútuo desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, atenuando, por conseguinte, os impactos deletérios causados pela crise.

Convém pontuar que no âmbito das Relações Internacionais, a desestruturação da arquitetura financeira mundial (FARHI et al, 2008) tem substancial repercussão não somente nas questões econômicas, mas nas questões políticas e sociais, constituindo-se um debate de extrema relevância para a compreensão de uma nova conjuntura nas relações intra e extraestatais. Fazendo um recorte nesse amplo cenário gerado pela crise financeira internacional, o presente trabalho delimita-se aos desdobramentos da crise na América Latina, no período de 2008 a 2011, tendo como critério para tal delimitação o período mais denso da crise e de sua repercussão no sistema financeiro global.

Alicerçado em uma metodologia documental, descritiva e qualitativa, o artigo propõe um estudo geral¹ acerca do quadro que se instalou na América Latina após a eclosão da crise. O objetivo do presente artigo centra-se, portanto, em descrever e refletir sobre os efeitos da crise financeira internacional na América Latina, avaliando a capacidade que o fortalecimento dos laços

¹ O estudo não pretende realizar uma análise específica referente às particularidades de cada país da região, na medida em que é adotada uma perspectiva ampliada da América Latina.

integracionistas, envoltos na lógica da cooperação, pode desempenhar como fator atenuante da crise na região.

Com vistas a cumprir esse objetivo, o trabalho estrutura-se em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira refere-se à evolução histórica do processo de desregulamentação financeira que culminou no colapso do sistema financeiro internacional, buscando explicar como o estouro da bolha especulativa de um setor da economia dos Estados Unidos rapidamente transformou-se em uma das piores crises do capitalismo, alastrando-se por todos os continentes. A segunda e a terceira parte tratam, respectivamente, da chegada da crise às economias latino-americanas e dos impactos e constrangimentos causados por essa à região, avaliando a fragilidade estrutural do seu conjunto de países. Por fim, a quarta parte observa as respostas da América Latina frente aos impactos negativos da crise, dando especial ênfase à importância do estreitamento das parcerias intrarregionais e do aprofundamento da integração regional como forma de minimizar as dificuldades que se apresentam.

2 Da desregulamentação financeira ao colapso do sistema financeiro internacional

O sistema econômico e financeiro internacional, no período tratado nesse texto, encontrava-se atualmente em um momento de forte instabilidade, mantendo elevados os níveis de riscos e incertezas quanto às transações financeiras em nível global. Esse cenário decorre, em grande parte, da crise financeira internacional que teve início em meados de 2007 no setor hipotecário estadunidense e que, por conseguinte, permeou os mercados globais, colocando em xeque a arquitetura financeira mundial. Segundo Farhi e Prates (2008), o desenrolar da crise evidenciou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira em vigor à época.

É importante pontuar que o rápido alastramento da crise por outros continentes deu-se em virtude dos canais gerados pela globalização financeira – processo em que os mercados financeiros integrados fundem-se em um único mercado mundial, ignorando as fronteiras espaciais e operando continuamente com transações superiores ao volume de comércio de bens e serviços. Para Corazza (2003), esse processo simboliza o espaço adequado para o livre desenvolvimento do capital, sem controles nem obstáculos, a não ser aqueles oriundos de suas próprias contradições internas.

A globalização financeira remonta às transformações advindas com o fim das regulamentações do acordo de *Bretton Woods*, após a crise do padrão dólar-ouro, na década de 1970. No entanto, alguns fatores importantes constituem pré-condições para a financeirização e desregulamentação da economia, a esse respeito cumpre citar a criação do euromercado, na década de 1960 na Europa, um mercado *offshore*², não limitado ao controle das autoridades domésticas, que possibilitou às empresas uma oportunidade de emitir títulos de dívida ou obter empréstimos fora de seus mercados nacionais, com custos inferiores, devido a menor regulação governamental.

2 Offshore, em termos financeiros, corresponde às sociedades empresariais implantadas fora do(s) país(es) de origem de seus dirigentes. Os centros offshore também caracterizam-se por serem jurisdições que geralmente oferecem tributação baixa ou zero e regulamentação frouxa do setor financeiro.

Outro fator impulsionador do processo de financeirização que merece destaque é a paulatina adoção do sistema flexível de taxas de câmbio. A transição do regime de câmbio fixo para o de câmbio flutuante significa que a fixação do valor relativo das moedas deixou de funcionar sob o controle do governo e passou a oscilar em função da relação da oferta e da demanda no mercado, estando sob a égide dos movimentos especulativos do capital.

Em linhas gerais, esses acontecimentos, associados a uma conjuntura de incerteza, alicerçaram as bases de um novo regime de finanças, especulativas e autorreguladas pelo mercado. As inovações tecnológicas e as revoluções nas áreas de informática e comunicação são, também, fatores que forneceram as circunstâncias requeridas para novos desenvolvimentos na esfera financeira. Todavia, é indispensável notar que a celeridade com que acontecem os movimentos especulativos, graças às comunicações via satélites e às demais inovações tecnológicas, tende a aumentar os riscos financeiros, em razão de reduzirem o tempo de uma intervenção prévia, caso seja necessária.

Como consequências do processo de desregulamentação financeira, constata-se um acirramento na concorrência entre as instituições bancárias e o surgimento de um mercado secundário de títulos, em que a “securitização”³ de dívidas permite a diluição de riscos no mercado, mas, em contrapartida, facilita a especulação e provoca maior instabilidade no sistema econômico. O mercado de títulos securitizados é viabilizado pela crença, por vezes equivocada, de que os mecanismos de autorregulação do mercado estão aptos para avaliar de maneira correta os riscos inerentes às atividades financeiras.

Segundo Wolf (2009), há de se reconhecer que a integração financeira pode oferecer potenciais vantagens para os mercados financeiros globais, facilitando e agilizando as transações no âmbito internacional. Contudo, essas vantagens sempre estão acompanhadas de riscos intrínsecos, sendo impraticável tentar dissociá-los.

Nesse sentido, infere-se que a desregulamentação das forças de mercado e dos fluxos de capitais tem corroborado, sobremaneira, para a emergência de inúmeras crises observadas nas últimas décadas. Corroborando a argumentação presente em Paula e Ferrari (2011 e 2012), a globalização financeira propicia um maior grau de interdependência entre as economias e, por não apresentar regras monetário-financeiras estabilizantes, amplia a possibilidade de colapsos financeiros em nível mundial.

De fato, o colapso vivenciado no cerne do sistema financeiro internacional é reflexo da crise emergida em 2007 no setor imobiliário da economia estadunidense, entretanto suas raízes estão fincadas no modelo de desregulamentação financeira, iniciado anos antes. Para Hermann (2008), a crise teve início no interior do sistema financeiro dos Estados Unidos, mas a liberalização financeira foi o “ventilador” que se encarregou de espalhar seus ativos para todo o mundo. Como instrumento adequado à melhor concepção das origens da crise e para melhor entendimento dos seus efeitos na América Latina, entende-se aqui que se faz necessário uma breve descrição a respeito da eclosão da crise e seu mecanismo de disseminação para a economia global no período delimitado.

3 Entende-se por securitização de dívidas o processo mediante o qual um grupo relativamente homogêneo de ativos – a exemplo de dívidas referentes a empréstimos etc. – é convertido em títulos passíveis de negociação no mercado de capitais. Essa tecnologia financeira, cuja denominação deriva do termo inglês “*securitization*” é uma maneira de transformar ativos individuais relativamente não líquidos em títulos mobiliários líquidos, transferindo os riscos inerentes a esses ativos para os investidores que compram esses títulos. Informação disponível em: <http://manual.uqbar.com.br/portal/Manual/default/Content?action=2&uri=/Manual/S/securitizacao.html> Acesso em: 09 set. 2012.

Em meados de 2007, os Estados Unidos presenciaram o início do que viria a se constatar ser uma longa crise financeira, de caráter dinâmico e de extensão global. O *boom* e o conseqüente colapso da bolha especulativa dos imóveis residenciais estadunidenses foi o estopim que deflagrou um duradouro período de turbulência nos mercados de crédito americano e mundial.

Cabe destacar que a crise em questão não foi causada por choques externos, mas sim pelas próprias incoerências do sistema financeiro. Conforme Soros (2009), o fato de a crise ter sido gerada pelo modo como o sistema financeiro funciona, contradiz a teoria vigente de que os mercados tendem a equilibrar-se e que os desvios desse equilíbrio são causados principalmente por eventos externos imprevistos. Em vista da amplitude da crise, torna-se claro que há algo fundamentalmente inconsistente na abordagem atual da regulamentação do mercado que tem por base a teoria supracitada⁴.

Embora haja inúmeros e admissíveis candidatos a culpados pela a eclosão da crise, é importante não se deter ao presente imediato, uma vez que a instabilidade vivenciada hoje está imbricada em causas predecessoras. Para Blyth (2009), analisar a crise, em perspectiva correta, requer observar a conjuntura que vem se consolidando há mais de 30 anos, ao passo que vários fatores contribuíram, em conjunto, para o atual desmantelamento da arquitetura financeira global, dentre eles: a junção da liquidez ilimitada gerada pela ausência de regulamentação e impulsionada pelos novos instrumentos financeiros, especialmente técnicas de securitização associada a ativos limitados. Convém mencionar que com o crescimento da liquidez global, as taxas de juros de curto e longo prazo despencaram de forma exponencial. Conseqüentemente, o crédito bancário subiu a níveis acima do normal, ao mesmo tempo em que a privatização de antigas responsabilidades do Estado fomentou o crescimento de grandes investidores institucionais. A partir desses acontecimentos, o cenário propício para o desenvolvimento da atual crise estava sendo construído.

É notório que, ao longo de sua história, os Estados Unidos foram, tradicionalmente, palco de inúmeras adversidades econômicas. Geisst (2009) observa que a economia estadunidense reserva para si a característica de apresentar longos períodos de prosperidade antes de desacelerar substancialmente, por vezes em razão do estouro de uma bolha especulativa de ativos. O autor supracitado afirma ainda que essa situação repetiu-se incansáveis vezes desde 1793, quando houve a primeira grande retração econômica registrada em Nova York, de forma que quadros semelhantes foram catalogados pelo menos oito vezes até 1929. Cada *boom* seguido de um colapso, alguns de maior gravidade que outros.

A crise financeira, iniciada em 2007, que atingiu a economia norte-americana não escapou a essa lógica. Com o fito de realizar uma breve contextualização, é oportuno ressaltar que, em 2001, os receios de recessão nos Estados Unidos tornaram-se alarmantes, em função do colapso da bolha das empresas “ponto com” e do trauma pós-ataques de 11 de setembro. Em resposta ao baixo crescimento econômico, o *Federal Reserve* passou a reduzir a taxa de juros, dando início

4 O arcabouço econômico traz teorias que argumentam de modo favorável ao perfeito funcionamento dos mercados. Tal argumentação sugere que na ausência de imperfeições ou obstáculos ao funcionamento do mercado, os agentes, agindo racionalmente, estabeleceriam suas preferências visando obter o melhor resultado individual. Tal resultado individual, quando disseminado, traria ganhos absolutos a todos os envolvidos na atividade econômica. Sendo racionais e com informação, os agentes econômicos tendem a tomar decisões acertadas e levariam o mercado a uma situação de equilíbrio.

a uma fase de expansão acelerada, sustentada pela abundância de crédito e proporcionando à economia o impulso necessário para sair da incipiente recessão.

A sequência de cortes de juros aqueceu o mercado imobiliário, aumentando a demanda por imóveis e elevando o consumo e a circulação de crédito em geral. A esse respeito, Krugman (2009) metaforicamente versa que o crédito – “o empréstimo entre os jogadores no mercado” – é tão essencial para o funcionamento dos mercados financeiros quanto o óleo do motor para a mecânica do automóvel, da mesma forma que a liquidez – capacidade para dispor de dinheiro em espécie, em curto prazo – é o “lubrificante” para os mercados e para o conjunto da economia. Entretanto, adverte que essa liquidez evaporou-se, no contexto da crise financeira, na medida em que se presenciou uma crise de confiança concomitante ao estouro da bolha especulativa, que veio a ocorrer posteriormente.

A priori, em virtude dos juros baixos e dos créditos fartos, os preços dos imóveis nos Estados Unidos tiveram uma forte valorização, encorajando a compra de imóveis residenciais e o refinanciamento de hipotecas. O *boom* no mercado imobiliário alcançava grande relevância já em 2005. As residências tornaram-se o ponto crucial da atenção de diversos investidores, constituindo-se um negócio de elevado rendimento.

Ademais, as companhias hipotecárias passaram a disponibilizar um novo tipo de empréstimo, o financiamento *subprime*, que encerrava em si próprio a alta possibilidade de inadimplência do devedor. Os clientes do segmento *subprime* possuíam um risco de investimento muito mais elevado do que os clientes notadamente com melhor classificação de crédito, todavia, justamente devido a apresentar maiores riscos que as taxas de retorno desse tipo de investimento são consideravelmente mais altas.

Mediante a promessa de rendimentos atraentes e altos retornos, as casas de títulos de *Wall Street* e os bancos de investimentos passaram a produzir cada vez mais títulos securitizados, lastreados em hipotecas, a fim de suprir a crescente demanda, que em grande parte, advinha de investidores estrangeiros.

Contudo, entre 2006 e 2007 a hipervalorização imobiliária apresentou forte declínio, em razão do aumento da taxa de juros para combater a inflação presente nos indicadores econômicos norte-americanos. A consequência é a sequência conhecida de recuo econômico seguido de elevação da inadimplência, principalmente, dos devedores com maior taxa de risco financeiro (SILVA, 2010). Assim, empréstimos garantidos em imóveis tornaram-se parcialmente cobertos, visto a redução do valor dos mesmos.

A deterioração na área de crédito imobiliário *subprime*, por seu turno, propagou-se para áreas mais conservadoras, tais como os créditos imobiliários de primeira linha e as grandes corporações. Além disso, à proporção que o ciclo de crédito torna-se negativo, os níveis de não pagamento tendem a crescer (CAMPOS, 2008).

Destarte, essa situação conflou uma profunda crise de confiança (e elevação do grau de incerteza), ao passo que as hipotecas perderam valor e a securitização dos títulos abriu caminho para uma sucessão de prejuízos, afetando diretamente uma relevante quantidade de bancos e instituições financeiras que haviam adquirido no mercado financeiro os agora denominados “títulos podres”.

Inseridos nessa conjuntura, diversos bancos apresentaram perdas bilionárias, culminando na “quebra” do *Lehman Brothers*, em 2008. O colapso do *Lehman Brothers* abalou as bolsas de valores ao redor do globo, decorrente da interdependência financeira presente nas finanças globais, fazendo despencar o preço de ações em praticamente todo o mundo. Assim, o estouro da bolha especulativa do setor imobiliário estadunidense deu origem a uma crise que acometeu todo o sistema financeiro global. Essa crise não se restringiu ao mercado financeiro norte-americano, ao contrário, por conta de um mercado financeiro global interligado e interdependente, a crise tomou proporções internacionais, afetando, sem distinção, as mais diversas economias, trazendo sérios distúrbios para as relações internacionais mundiais.

O que se segue da fase inicial da crise é um movimento de *spill over* (transbordamento), afetando a economia política internacional. É importante perceber, diante desse cenário, que houve o colapso não apenas de uma, mas de duas bolhas especulativas. Em comunhão com o pensamento de Campos (2008), o mundo presenciou o estouro de uma bolha mais visível, a do setor imobiliário estadunidense, e o de outra de longo prazo, mais complexa, a superbolha, no mercado financeiro internacional, influenciada pela globalização, pelo excesso de dependência de uma liquidez sem lastro, pela desregulamentação e por décadas de expansão.

Os efeitos da crise são assimétricos e oscilam de acordo com o grau de sensibilidade e vulnerabilidade⁵ de cada região específica. Ainda em 2007, quando eclodiu o choque financeiro e os créditos tornaram-se paulatinamente negativados, os países de alta renda foram os primeiros a sofrer as consequências, em especial, os europeus, em virtude de estarem, à época, intrinsecamente relacionados às transações do mercado financeiro dos Estados Unidos.

Posteriormente, com o maior agravamento da crise, em 2008 – ocasionado, em grande medida, pela falência do banco de investimento *Lehman Brothers* – é que a instabilidade econômica lançou seus “tentáculos” direcionados aos países emergentes.

Nesse sentido, quando a crise converteu-se em um fenômeno sistêmico, foi perceptível o seu transbordamento para as economias emergentes, fazendo-se sentir seus efeitos na América Latina.

Em conformidade com o que afirma Prates (2011), o “efeito contágio” da crise incidente sobre as regiões emergentes foi possibilitado por intermédio de vários canais de transmissão – que derivam das múltiplas relações de interdependência entre as economias emergentes e as avançadas – envolvendo tanto a conta corrente, com a queda dos preços das commodities e da demanda mundial, quanto a conta financeira, com menor ingresso de investimento direto, interrupção das linhas de crédito comercial e forte contração dos empréstimos bancários

Por esse prisma, tem-se que parcela considerável de países da América Latina, apesar de encontrar-se à época com situação externa e fiscal favorável, não tiveram condições de manter o dinamismo econômico após a disseminação da crise, em consequência da natureza hierárquica e assimétrica do sistema financeiro mundial. Conforme exposto na introdução do texto, segue-se agora em direção à América Latina e à análise dos desdobramentos da crise na região.

5 Os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade são definidos pelos teóricos Robert Keohane e Joseph Nye, da seguinte forma: sensibilidade é o indicador do impacto, medido em termos de custos, que uma ocorrência em um Estado tem sobre a sociedade do outro – quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade. A vulnerabilidade, por sua vez, mede o custo das alternativas disponíveis para fazer frente ao impacto externo.

3 A Crise Financeira Internacional Instala-se na América Latina

Distinta pela sua extensão, dinamismo e forma de transbordamento, a crise financeira internacional reverberou seus impactos por toda a economia mundial, conforme já explicitado, causando efeitos danosos às economias latino-americanas.

Vale salientar que a propagação da crise pela América Latina desconstruiu a hipótese, defendida por alguns estudiosos, de que as consequências do colapso financeiro atingiriam apenas os principais países desenvolvidos, na medida em que haveria um “descolamento” – *decoupling* – da região em relação à crise.

Essa hipótese fundamentava-se no fato de que nos últimos anos – devido à fase ascendente do ciclo econômico internacional (2003-2007), a América Latina vinha apresentando um desempenho econômico favorável que mitigava a sua vulnerabilidade externa conjuntural. As economias regionais haviam encontrado um melhor desempenho em decorrência da estabilidade monetária, da adoção de políticas direcionadas à inserção internacional e ao esforço de ação mais assertiva no sentido da integração e do combate aos focos de vulnerabilidade externa.

De fato, após a crise da dívida externa na década de 1980 e das outras recorrentes crises na década seguinte⁶, a região vivenciou, entre os anos de 2003 e 2007, uma condição relativamente próspera. Cabe ressaltar a relevância do papel desempenhado pelo Brasil no período, que agora gozando de estabilidade monetária, reunia condições de voltar-se para assuntos mais abrangentes em termos regionais, tais como a retomada dos diálogos do Sul, a busca pelo esforço de integração regional sob o signo da cooperação e do estabelecimento de parcerias estratégicas (LESSA & OLIVEIRA, 2013).

Houve, nesse período, uma considerável melhora no balanço de pagamentos da maioria dos países da América Latina, conjugada à retomada do crescimento e à manutenção da taxa de inflação baixa e sob controle, além de uma paulatina redução das desigualdades sociais (SALAMA, 2009). Essa situação propiciou a melhoria de vários indicadores de vulnerabilidade da região, o que poderia levar a crer que a dinamicidade das economias latino-americanas seria sustentada, mesmo durante e após a crise, ao passo que estariam a salvo dos efeitos nocivos de um eventual contágio.

Outro argumento que alicerçava a hipótese de *decoupling* diz respeito à multilateralidade das relações comerciais e econômicas que a região havia demonstrado ao longo das últimas décadas. A importância crescente que a China e outras economias asiáticas vinham exercendo sobre a América Latina⁷ demonstrava que não há uma dependência completamente exclusiva em relação aos Estados Unidos ou à Europa – os primeiros a sofrerem com os impactos da crise (ROJAS ARAVENA, 2009).

Em concordância com Salama (2009), foi o entendimento de que as economias emergentes, estando mais sólidas e menos vulneráveis que em tempos passados, poderiam escapar dos efeitos negativos da crise, que induziu alguns analistas, tais como os economistas da Goldman Sachs, a afirmar, inicialmente, que os acordos e as relações comerciais em ascendência com China e Índia ofereceriam saídas satisfatórias para compensar os efeitos contraproducentes da crise financeira

6 Pode-se citar México (1994), Argentina (1995), Tigres Asiáticos (1997), Rússia (1998) e Brasil (1998/1999), entre outras que se seguiram.

7 São prioritariamente os casos de Brasil, Venezuela, Argentina, sem excluir os demais países da região.

sobre a rentabilidade das empresas dos países desenvolvidos. Sob essa ótica, a crise teria uma visível reversibilidade e a América Latina não sofreria sequelas.

Todavia, em oposição à somatória dos fatores acima citados, a hipótese de *decoupling* não se confirmou, ao contrário, despedaçou-se por completo, na medida em que foi possível verificar o contrário: a crise anunciou-se e, rapidamente, instalou-se no subcontinente latino-americano. Segundo Rojas Aravena (2009),

Em pouco tempo ficou claro que não existia tal descolamento e que os efeitos da crise, longe de estarem limitados aos países mais desenvolvidos, eram sentidos também na periferia: não só no âmbito econômico – efeitos comerciais, de inversões e remessas – mas também do ponto de vista político (ROJAS ARAVENA, 2009: 129).

A partir de 2009, os primeiros impactos já começaram a ser agravados pela pressão inflacionária, originada no câmbio e influenciando os custos de produção, pela depreciação das moedas frente ao dólar e pela queda do preço das commodities, caracterizando-se como um ano em que o crescimento negativo espalhou-se por praticamente toda a região.

A ilusão de que a dinâmica das economias da América Latina poderia descolar-se das condições mundiais não havia como ser endossada, em especial, porque as fragilidades estruturais históricas não podem ser descartadas e nem foram adequadamente sanadas.

Filgueiras (2012) sustenta, como ilustração da relação interno-externo, que a dicotomia entre mercado interno e mercado externo é uma falácia. No longo prazo não há como crescer apenas pelo mercado interno sem suplantar as restrições externas que acabam sendo impostas, principalmente em razão da ainda existente dependência tecnológica e financeira. Assim sendo, os países da América Latina permaneceram, como ainda permanecem, substancialmente condicionados às circunstâncias internacionais.

A economia latino-americana, de forma geral, ainda não obteve um alto grau de autonomia, possuindo fortes debilidades no campo financeiro, industrial e comercial. Tal qualificação, aliada ao parco desenvolvimento do mercado interno⁸ e à crescente fuga de capitais, é o que possibilitava, nas palavras de Coggiola (2010), a crise mundial golpear a região.

Em perspectiva histórica, essas fragilidades decorrem claramente de um conjunto de acontecimentos que permeiam a trajetória de desenvolvimento da América Latina.

Os governos latino-americanos traçaram, durante a depressão dos anos 1930 e a II Guerra Mundial, objetivos desenvolvimentistas que traduziam seus novos interesses voltados para a industrialização.

Esperava-se do impulso industrial e com os planos desenvolvimentistas o aumento da riqueza, o provimento de meios de segurança, a abertura de negócios para o empresariado nacional, a expansão do emprego para as massas urbanas e a modernização da sociedade como um todo (CERVO, 2007).

Contudo, ao longo do tempo, esses objetivos não foram satisfatoriamente consolidados, no sentido de que a expansão do setor de transformação da indústria latino-americana, apesar de originalmente concebida como responsabilidade de empresas nacionais autônomas, foi confiada

⁸ Característica essa que não pode ser uniformizada para o conjunto de países latino-americanos.

ao empreendimento estrangeiro. Isso implicou no fato de que o nacional-desenvolvimentismo, embora buscasse maior autonomia para os governos da América Latina, não tenha logrado uma ruptura com a dependência externa.

Posteriormente, há o afloramento do neoliberalismo na região, que surge como resposta aos fortes processos inflacionários, à estagnação econômica vivenciada pela maioria dos países latino-americanos na década de 1980 e como um ideário político e econômico que reduziria o espaço diferencial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda, pressupunha-se que a adoção não adaptada dos parâmetros neoliberais resolveriam problemas estruturais e conjunturais desse grupo de nações, o que não se comprovou como verdade absoluta, a despeito de práticas como a responsabilidade fiscal e o foco na estabilidade econômica serem políticas bastante salutares, como ressalta a literatura econômica.

Nesse contexto, as propostas neoliberais para a estabilização, consagradas pelo Consenso de Washington em 1990, constituíam medidas de disciplina fiscal embasadas na liberalização do comércio, na desregulamentação econômica e na privatização das empresas públicas, entre outras. Segundo Bandeira (2002), todo esse receituário neoliberal desencadeou uma ainda maior dependência externa e constrangeu o real desenvolvimento da região.

Ocorre que, com a aplicação das recomendações do Consenso de Washington, observou-se uma deterioração de setores do aparelho produtivo regional, à proporção em que houve um aumento estarrecedor das importações, acarretando um déficit considerável na balança comercial desses países. Nesse contexto, a taxa de juros é elevada a fim de garantir a entrada de capitais, ao que simultaneamente a taxa de câmbio passa por uma grande volatilidade.

Como as nações que constituem a América Latina ainda tem a maior parte de suas exportações voltadas para produtos manufaturados de médio ou baixo grau tecnológico e bens não industriais, alterações na demanda externa e momentos de ajustamento externo tendem a ocasionar uma baixa dinâmica econômica. Essa produção de reduzido valor agregado inibe uma inserção sólida na economia política mundial e aumenta a vulnerabilidade externa.

Nesse íterim, outra questão que merece destaque tem a ver com as importantes desigualdades sociais que entremeiam a realidade da maioria dos países da região, dificultando o fortalecimento do mercado interno.

A combinação de todos esses fatos que marcam a construção econômico-social da América Latina explica o porquê da crise financeira ter conseguido instalar-se no seu conjunto de países, apesar dos índices de vulnerabilidade terem demonstrado aparente melhora no período que antecede o colapso financeiro internacional. Na realidade, o que ocorre é que, para além dos índices de vulnerabilidades, é necessário compreender o grau das fragilidades estruturais da região.

4 Impactos e Constrangimentos Causados pela Crise Financeira Internacional à Região Latino-americana

Os países da América Latina não constituem um bloco monolítico em que todos compartilham de igual estrutura político-econômica. É imprescindível reconhecer que há entre eles uma ampla diversidade, não somente no âmbito cultural, mas também no tocante às particularidades

históricas, às diferentes dinâmicas econômicas e aos assimétricos estágios de desenvolvimento, além de modelos de inserção e integração ao cenário internacional díspares.

Apesar de a região como um todo ter passado pelo crivo do processo de liberalização econômica e apresentar fragilidades bastante similares – conforme já mencionado anteriormente –, há disparidades internas entre os seus Estados que devem ser levadas em conta.

Em razão dessas diferenças, os impactos e os constrangimentos causados pela crise financeira têm dimensões relativas, variando de acordo com as circunstâncias domésticas de cada país em questão.

Gonçalves (2008) afirma que os impactos teriam maior ou menor intensidade em função da interação de um conjunto de fatores, tais como: a natureza e extensão dos mecanismos de transmissão da crise, a capacidade de resistência frente a choques externos e as estratégias e políticas de inserção internacional.

As economias maiores e os países mais industrializados, tais como: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela foram atingidos pela crise de forma semelhante, em linhas gerais: fuga de capitais e de divisas, queda das exportações e diminuição do crédito externo. Houve também um pânico inicial generalizado que contaminou os bancos privados nacionais, que por sua vez reduziram o crédito e aumentaram os juros, acarretando contração do mercado interno, baixa da produção e agravamento do desemprego. Com relação ao elevado número de pequenos países da região – destaque para os países da América Central e Caribe – esses sofreram os impactos de maneira mais direta em razão da intensidade da dependência das suas relações comerciais com os Estados Unidos e da necessidade de entrada de investimentos estrangeiros diretos, além de terem o turismo como importante fonte de renda (SINGER, 2009).

É notório que depois da crise ter acometido a economia real dos Estados Unidos e da Europa, o turismo originário desses lugares contraiu-se rapidamente. Em consequência, os pequenos países supracitados, dependentes, em grande medida, do turismo, foram os primeiros a sentir os percalços da crise na região.

Convém pontuar que o México, embora seja uma das maiores economias da América Latina, também foi um dos primeiros a vivenciar os impactos negativos gerados pelo colapso na economia mundial. O país foi seriamente afetado em virtude da sua maior vinculação com a economia dos Estados Unidos, para onde são destinadas mais da metade de suas exportações (CEPAL, 2009). Nesse sentido, a sua crescente indústria automotiva, que compunha relevante parte da pauta de exportação, teve sérios danos. O México, da mesma forma que a Bolívia e o Equador, também sofreu perdas concernentes à abrupta queda das remessas dos trabalhadores migrantes – residentes, em sua maioria, nos Estados Unidos. Em síntese, registrou-se, segundo relatório da Cepal (2009a), a desaceleração mais elevada da atividade econômica mexicana desde o período pós II Guerra Mundial, de forma que, em 2009, o crescimento econômico do país contraiu-se em 6,5% e o PIB *per capita* em 7,5%.

A Argentina e o Brasil, duas outras expressivas economias latino-americanas, apesar de não terem o grau de exposição que o México apresentava à época, não ficaram isentas dos efeitos deletérios da crise.

A Argentina, que possui um comércio consideravelmente diversificado e vinha mantendo um ritmo de crescimento há algum tempo, passou por uma marcada desaceleração em 2009. É fato que não se observou perturbações agravadas no seu sistema bancário – bem como também não foi percebido nos demais países da região –, por outro lado, os setores de produção de bens tiveram uma importante contração de 3,5%, de acordo com dados da Cepal (2009a)⁹, muito decorrente da própria estrutura político-econômica argentina solapada por crises internas contínuas desde o período do *Plan de Convertibilidad*.

O Brasil, por sua vez, também teve que enfrentar os desdobramentos negativos da crise na sua economia, em especial no setor industrial, que foi atingido pela queda das exportações. Ao final de 2008, percebeu-se uma forte redução da taxa de crescimento industrial, ao passo que, no quarto trimestre do ano, entre outubro e dezembro, a taxa anual da produção caiu de 6,8% para 3,1%. No mês de dezembro do mesmo ano, especificamente, a produção industrial despencou 12,4% em relação a novembro e 14% em comparação a dezembro do ano anterior, o que significa a maior queda da série histórica, divulgada pelo IBGE, desde 1991 (IPEA, 2009).

Ressalvadas e exemplificadas as particularidades inerentes aos países da região, é oportuno apresentar uma exposição mais geral acerca do cenário que se instalou na América Latina em decorrência da eclosão da crise financeira internacional.

Nesse contexto, tem-se que todos os países passaram, em maior ou menor grau, por um período de baixo crescimento após 2008, como reflexo direto da desaceleração econômica advinda inicialmente dos principais países desenvolvidos. Para Carcanholo *et al* (2008), essa situação confirma mais uma vez o alto grau de vulnerabilidade estrutural das economias latino-americanas, que manifestam uma considerável piora de suas contas externas devido à reversão do ciclo de liquidez internacional e à diminuição da forte tendência de entrada de capitais estrangeiros.

A repercussão da crise na América Latina anunciou seus primeiros sinais no segundo semestre de 2008, com a generalizada queda das bolsas de valores latino-americanas, seguida de alterações na taxa de câmbio com depreciação das moedas nacionais frente ao dólar. Observou-se também uma diminuição das reservas dos Bancos Centrais, que foram utilizadas tanto para evitar a depreciação contínua das moedas, quanto para financiar a deterioração da situação externa dos países – que ocorre, dentre outros fatores, em virtude de saldo negativo na balança comercial (SALAMA, 2009).

No tocante aos últimos meses de 2008 e aos primeiros de 2009, foi possível constatar importante derrocada nos preços dos produtos básicos (gráfico 1) e uma deterioração dos termos de intercâmbio de commodities.

⁹ A respeito da exposição do setor financeiro, cabe observar Leite e Lucas (2010), *De Basiléia para “Brasiléia”*: trazendo o Acordo Internacional de Capital para a realidade Brasileira. AKB.

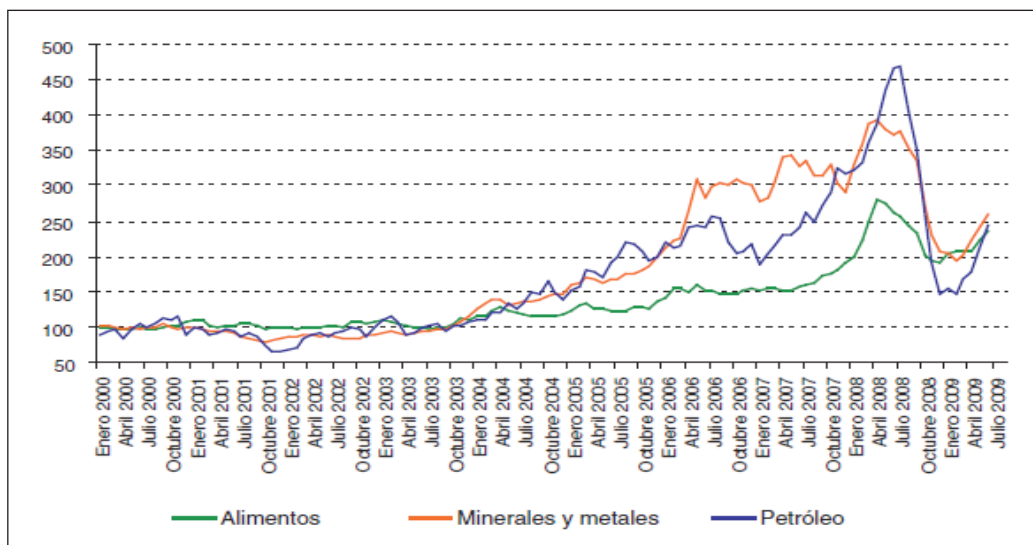


Gráfico 1: Índice de preços dos produtos básicos

Fonte: CEPAL (2009b)

O gráfico acima demonstra que, sobretudo entre outubro de 2008 e abril de 2009, os preços dos produtos primários despencaram em contraposição à alta especulativa que obtiveram no fim de 2007 e início de 2008 – antes da crise propagar-se pela região.

Houve também forte desaceleração das exportações em praticamente toda a América Latina. O gráfico 2 explicita a situação de seis grandes economias da região, comprovando quedas interanuais de 10% a 15% na Argentina, no Brasil, no Chile e no México, no primeiro trimestre de 2009 e quedas um pouco menores, mas também expressivas, entre 5% e 10%, na Colômbia e no Peru.

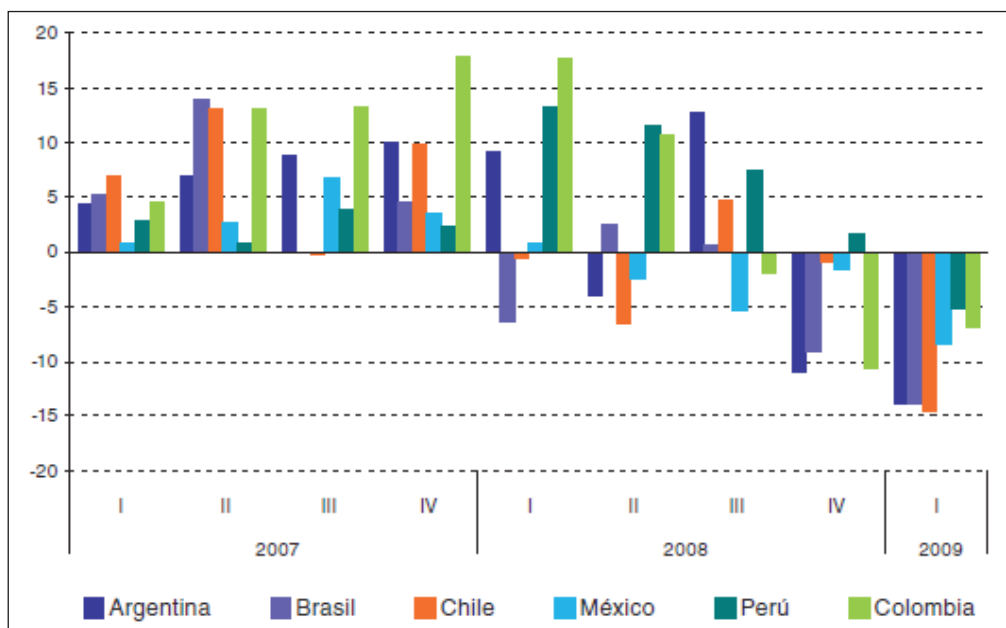


Gráfico 2: Taxa de crescimento real das exportações por trimestre

Fonte: CEPAL (2009b)

Vale ressaltar que o setor das exportações mais afetado foi o de manufaturados, principalmente a indústria de transformação (setor de grande responsabilidade para a geração de emprego e renda) o que revela um preocupante risco de reprimarização da América Latina (gráfico 3). Para Cano (2009), a perda das exportações industriais, somada à reduzida competitividade da região em relação às importações provenientes da China (que foi paulatinamente entrando na região com uma estratégia comercial agressiva e tornando-se principal parceiro comercial dos países da América Latina) permite que se cogite a respeito da tese de uma “desindustrialização”¹⁰.

Assis (2011) afirma, no entanto, que a região, após a crise, não enfrenta apenas o risco chinês, mas está, simultaneamente, sob a ameaça do dumping comercial estadunidense, europeu, japonês e dos demais países exportadores da Ásia. Isso ocorre, em grande medida, como consequência das políticas de ajuste fiscal adotadas pelos principais países industrializados, que visam ao aumento das exportações e prezam pelo protecionismo, com o argumento de equilibrar suas economias em meio à crise.

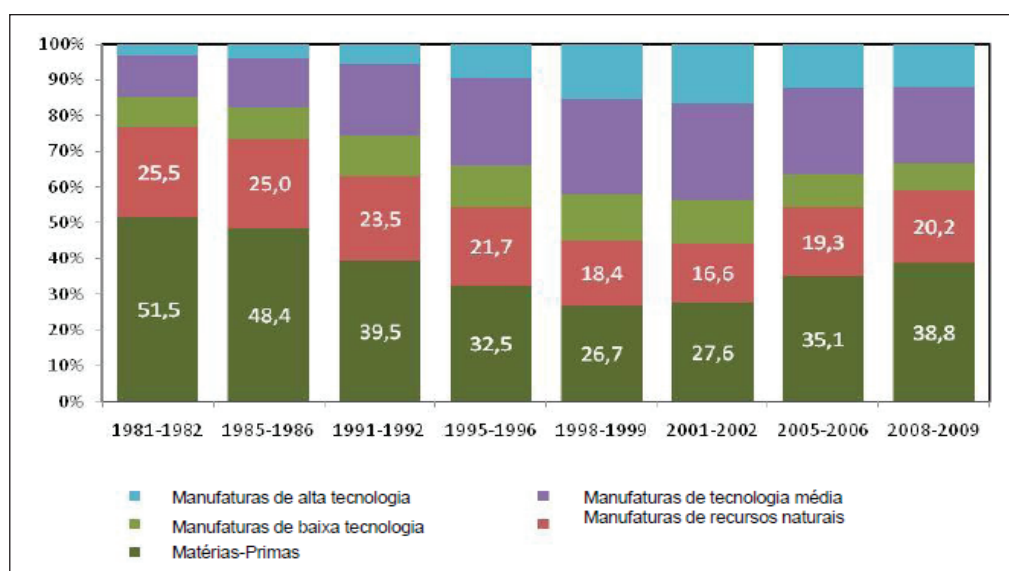


Gráfico 3: América Latina e Caribe: evolução da estrutura das exportações ao mundo (em porcentagens do total regional).

Fonte: CEPAL (2011)

O gráfico acima comprova que a porcentagem de exportação, em 2008 e 2009, atinente às matérias-primas foi a maior desde 1995. O fator preocupante é que o aumento da venda de produtos básicos apenas pode trazer vantagens no curto prazo, reiterando que esses produtos geram produção de pouco valor agregado e baixa dinâmica econômica, não favorecendo uma inserção mais firme e duradoura no contexto internacional.

É necessário atentar também para os efeitos da crise na esfera social e política. Rojas Aravena (2009) pondera que houve notórias tensões no contexto dos sistemas políticos democráticos, ao passo que a própria segurança humana está fragilizada. Considera-se que vários milhões de

¹⁰ Estudos das Federações das Indústrias Estaduais e da Confederação Nacional das Indústrias, corroboradas por pesquisas do IPEA e da CEPAL, têm indicado uma forte tendência nesse sentido, principalmente diante da concorrência de produtos de origem asiática, notadamente da China.

cidadãos da América Latina haviam saído da linha da pobreza nos últimos sete anos antecedentes à crise. Contudo, essa conquista vê-se diretamente ameaçada em virtude da drástica redução de empregos, em 2009, que deixou cerca de três milhões de pessoas desempregadas por toda a região.

Em vista do exposto, é coerente constatar que a América Latina como um todo absorveu os choques da crise financeira internacional nos seus mais diversos níveis de atividade, ao que a região sofreu um retrocesso de 1,9% do PIB em 2009, segundo dados oficiais da Cepal (2009a). O impacto da crise, mesmo que não tenha sido homogêneo, foi sumamente negativo, de forma que todos os países da região – independentemente de suas particularidades – passam, em conjunto, por dificuldades semelhantes no âmbito econômico, político e social.

5 Respostas da América Latina Frente à Crise Financeira Internacional e A Importância da Integração Regional

Decorridos mais de seis anos desde a emergência da crise financeira internacional em 2007, no cerne do setor hipotecário dos Estados Unidos, ainda são perceptíveis os efeitos da crise e ainda pode-se observar, em diferentes intensidades, um “efeito propagação”.

Conforme já exposto, as constantes inovações financeiras e o processo de desregulamentação dos mercados tornaram, ao longo do tempo, as economias mais instáveis. Honório *et al* (2011) observam que apesar de toda a visível fragilidade e dos crescentes riscos inerentes a um sistema financeiro desregulamentado, os interesses privados e as possibilidades generosas de ganhos dos capitais financeiros continuaram prevalecendo até que eclodisse a crise.

Nesse contexto, é indispensável repensar a regulação das instituições financeiras, a fim de minimizar a atual instabilidade. Para Sobreira (2008), a redefinição do modelo de regulamentação vigente é, claramente, um subproduto esperado e necessário dessa crise.

No cenário mundial, o Grupo dos Vinte (G-20), considerado o principal foro de discussão para a cooperação econômica internacional¹¹, convocou várias cúpulas¹² a partir de novembro de 2008, com vistas a lançar estratégias para o enfrentamento das consequências acarretadas por um sistema financeiro em crise. Os comunicados resultantes dessas reuniões apresentaram divergências quanto às políticas e medidas formuladas, oscilando em conformidade com as distintas fases que a crise vinha apresentando. Em um primeiro momento, os comunicados giravam em torno de atitudes de estilo Keynesiano, com políticas expansionistas. Posteriormente – após o momento inicial mais agudo da crise – as medidas fundamentaram-se na questão do déficit público, com ênfase no ajuste fiscal.

As declarações iniciais dos líderes do G-20, em especial na cúpula realizada em Washington no ano de 2008, sugeriam substanciais modificações no sistema financeiro internacional e nas práticas regulatórias. Havia grande urgência em fomentar reformas que assegurassem a

11 Os líderes dos 20 países pertencentes ao G-20 reconheceram o grupo como o mais importante conselho no âmbito da cooperação econômica internacional, tendo isso ficado registrado na Declaração de Pittsburgh (2009). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro/g-20-declaracao-de-pittsburgh/?searchterm=G-20%20Pittsburgh>. Acesso em: 19 out. 2012

12 Tais como: a cúpula de Washington (novembro de 2008), a de Londres (abril de 2009), a de Pittsburgh (setembro de 2009), a de Toronto (junho de 2010), a de Seul (novembro de 2010) e a realizada em Cannes, em novembro de 2011.

contenção dos efeitos catastróficos que se anunciavam. Todavia, passado o incipiente pânico e à medida que os pacotes de estímulo apontavam para uma diluição das possibilidades de recessão internacional, o espírito de cooperação internacional e os ânimos reformistas enfraqueciam-se. Com o transcorrer da crise e passado o pânico inicial, os encontros do G-20 passaram a congregar mais os interesses nacionais de cada ator que um ânimo coletivo para reformar o sistema e as políticas que levaram à ocorrência da atual crise (CEPAL, 2010).

Em relação à esfera regional, os países da América Latina reagiram elaborando medidas a fim de proteger suas economias dos efeitos deletérios da crise. De forma geral, a maioria dos países adotou tradicionais políticas monetárias e financeiras, a exemplo de: redução dos juros, oferta de liquidez em moeda doméstica, projetos de aumento de gastos em infraestrutura e isenção fiscal direcionado a setores específicos (IPEA, 2009). Contudo, cabe ressaltar, que a visão compartilhada por alguns líderes nacionais, de que havia necessidade de uma ação regional, no sentido de uma maior integração, passou a fazer parte do diálogo e das propostas para debelar os efeitos da crise. Conforme mostram Vigevani e Cepaluni (2007), foi importante diretriz de política externa do governo Lula buscar maior inserção e integração com as economias da região, estabelecendo um contraponto com os governos de Collor e FHC nos períodos anteriores. A citação de Lula aqui não é desprovida de sentido ou meramente ilustrativa, pois é a proposta estratégica integralizadora regional capitaneada por Lula, reforçada pelo discurso de Hugo Chávez na Venezuela e associada à emergência de governos críticos ao modelo político e econômico vigente que estabelecem a base para uma nova discussão do papel das economias latino-americanas na economia global.

É interessante assinalar que a região, apesar de sua fragilidade estrutural, encontrava-se em melhores condições de enfrentar uma crise de tamanha abrangência do que nas décadas de 1980 e 1990. Nesse sentido, de acordo com dados da CEPAL (2010), tem-se que já em 2010 a América Latina apresentou marcados sinais de recuperação, com aumento nos índices de exportação e importação, melhoras nos PIBs da região e consequente retomada do crescimento das economias nacionais.

Fato a ser destacado é que no início do século XXI, na América Latina, um novo quadro político começou a ser construído a partir da emergência de governos progressistas. A deterioração social e econômica, causada pela adesão acrítica da América Latina às políticas neoliberais, contribuiu para que novas lideranças assumissem o compromisso de promover alternativas que permitissem reparar os danos causados pelas políticas globalizantes de privatização e de liberalização dos mercados, em outras palavras, essas lideranças populares ou neopopulistas se comprometeram a reduzir a pobreza e a exclusão, a partir da valorização do local/regional, em detrimento do global.

A América Latina iniciou então um processo de reconfiguração de seu cenário político. Os países latino-americanos buscaram recuperar o potencial de desenvolvimento da região, através do redescobrimto do espaço regional como um meio para a discussão e para a ação coletiva. Apesar de heterogêneos, os projetos para a América Latina tinham algo em comum: a crítica ao modelo neoliberal¹³. Hugo Chávez (1998), na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva (2003)

13 Nos países onde as crises financeiras associadas ao Consenso de Washington foram mais severas, refletindo em maior assimetria social, houve uma ampliação de espaços políticos para os movimentos sociais e para os projetos progressistas. Contudo, é importante destacar que o neoliberalismo não foi mitigado, ele corre em paralelo. Cargos políticos importantes ainda foram mantidos por políticos neoliberais, apoiados pelas elites locais, o que limita a articulação do novo projeto progressista.

e Dilma Rousseff (2011), no Brasil, Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007), na Argentina, Tabaré Vasquez (2004) e José Mujica (2010), no Uruguai, Evo Morales (2004), na Bolívia, Michelle Bachelet (2006-2010), no Chile, Rafael Correia (2007), no Equador, Daniel Ortega (2007), na Nicarágua, e Ollanta Humala (2011), no Peru, apresentaram-se como as novas lideranças políticas, o que modificou o perfil dos atores internos envolvidos no processo decisório de política exterior (RIGGIROZZI, 2012).

Ou seja, a recuperação dos efeitos da crise deveu-se não só às medidas tomadas pelos países isoladamente, mas à conjuntura internacional da região e, sobretudo, a uma concepção presente nos novos líderes de que a integração e a busca pela cooperação regional poderia reverter o cenário, abrindo espaço para uma nova narrativa política e para uma prática econômica mais organizada e harmoniosa com os objetivos dos países da região.

Vale ressaltar que a análise política e econômica no que concerne à integração regional sustentam que a integração tende a trazer aos envolvidos melhorias no bem-estar econômico via: (i) diversificação na quantidade de bens produzidos; (ii) uma alteração no grau de discriminação entre os produtos fabricados (Balassa, 1973); (iii) uma nova configuração na distribuição de renda entre a população dos países inseridos na comunidade integrada; e, entre outras, (iv) uma melhor distribuição de renda entre os países. O que o somatório desses fatores apresentam é uma possibilidade de expansão do comércio entre países da região, o que por sua vez tende a reduzir a dependência do fluxo global de mercadorias e capitais, sendo esse último de forte influência nas economias nacionais latino americanas. Reduzir a dependência quanto à demanda oriunda de países desenvolvidos não supõe prescindir dessa procura, mas sim tornar-se menos vulnerável a oscilações dessa variável. Balassa (1973), assim como Thorstensen (1994), ainda sublinham a melhoria no poder de barganha internacional, um ganho em eficiência dinâmica e o melhor aproveitamento das economias de escala dos setores produtivos de cada país.

Por fim, cabe apresentar o argumento empresarial, ou seja, a possibilidade das empresas nacionais, inseridas em um mercado integrado regionalmente, gozar de uma opção à ausência de dinamismo do mercado interno e do mercado global. Havendo integração regional, torna-se peça fundamental no processo a existência de uma estratégia empresarial de adequação ao novo cenário, inserção no ambiente de competição regional, aproveitamento do mesmo e criação de uma maior eficiência produtiva dentro do mercado integrado. Como se daria tal processo de inserção e quais as estratégias possíveis? A manifestação imediata seria ilustrada pela criação de um complexo de relações interindustriais através de uma maior difusão tecnológica, além da intensificação dos investimentos, tendo como ênfase o mercado integrado. O mercado integrado demanda estabilidade econômica e alinhamento político mínimo para que a integração seja efetiva. Logo, à medida que se inicia o processo de integração, tende-se a intensificar conseqüentemente o grau de integração empresarial e se criar uma estrutura produtiva voltada para o mercado integrado que, na sequência do processo, estabelecerá um caminho no sentido de criarem-se incentivos a esta cooperação.

A integração regional, quando se parte dos seus pressupostos formativos, de caráter político e econômico, tem como objetivo um contínuo processo de adensamento dos fluxos comerciais intra e inter-regiões, por intermédio da consolidação de um mercado regional preferencial. Vale lembrar que a proposta de integração já foi cogitada e pensada em outros momentos da história

dos países latino e sul-americanos, como uma estratégia de desenvolvimento menos dependente. Contudo, não é desimportante dizer que os processos integralistas devem observar elementos de ordem cultural, política, social e econômica para lograr sucesso (FURTADO, 1994 e 2000).

Mas não se pode relegar o fato de que a integração também é um processo político (HAAS, 1964; MATLARY, 1994), pois encerra um processo de transferência de decisões e responsabilidades do nível nacional para o regional, o que pode converter-se em um transtorno caso não haja sintonia entre os países envolvidos. Segundo Ramazini Jr e Vigevani (2010), no caso dos países que compõem o Mercosul, e o raciocínio pode ser estendido para a América Latina, por conta de uma composição assimétrica e distanciamento nos indicadores de renda e capacidades, alguns critérios básicos para a integração regional são prejudicados. Assim, afirmam os autores, “ao não haver uma espiral ascendente, o chamado *spillover*, a lógica do interesse nacional prevalece”. E, conseqüentemente, elevam-se as dificuldades em realizar as concessões recíprocas necessárias ao andamento do processo de integração. Portanto, o caso da América Latina, como se pode observar, é recheado de complexidade.

A emergência de uma perspectiva regional pós-neoliberalismo é uma resposta ao cenário de incerteza e interdependência observado na economia política global. A busca por um padrão mínimo de governança regional apresenta-se como uma resposta viável e interessante aos países da América Latina.

Pois a própria oscilação da economia global torna patente que a América Latina nunca esteve desvinculada da atual crise do capitalismo, quando associada ao impacto da deterioração socioeconômica, fruto da adesão acrítica ao discurso e às práticas neoliberais da década de 1990, gerou um quadro político extremamente propício ao entendimento que um fator atenuante de grande valia nesse contexto seria o aprofundamento dos laços integracionistas da região, mediante o incremento da cooperação e o estreitamento das parcerias intrarregionais.

Esse reposicionamento político foi adotado como uma tentativa de romper com as imposições políticas e econômicas das potências à região, na busca de uma postura mais ativa e autônoma da América Latina no cenário internacional. Esse olhar crítico fundamentou discussões sobre novas alternativas de integração regional, denominadas por Serbin (2012) de processos pós-hegemônicos, pós-comerciais e pós-neoliberais. Portanto, o rechaço latino-americano ao projeto da ALCA e a aposta em novos processos de integração regional foram fortalecidos em função da convergência ideológica com os países vizinhos (PEDROSO, 2013). É dentro desse signo de integração que se insere a proposta de acirramento da cooperação regional.

A cooperação¹⁴ constitui-se alvo de inúmeros estudos no campo das Relações Internacionais, sendo compreendida de diferentes formas de acordo com as mais diversas abordagens e perspectivas teóricas. Contudo, em concordância com Maciel (2009), é fato que, a partir da segunda metade do século XX, a cooperação entre as nações ganhou maior preponderância em meio às novas dinâmicas mundiais, atuando como importante ferramenta de relacionamento entre os atores do sistema internacional.

O significado etimológico do termo “cooperar” tem a ver com atuar conjuntamente a fim de alcançar um objetivo comum (AYLLÓN, 2007). Dessa forma, pode-se dizer que cooperar, no

¹⁴ Observa-se aqui que se trata de cooperação no sentido amplo do conceito, sem delimitações ou designações tais como “cooperação sul-sul”.

âmbito internacional, seria fomentar em conjunto o desenvolvimento de ações interconectadas, com o fito de solucionar as dificuldades partilhadas, tais como as apresentadas pela crise financeira internacional.

Para Keohane (1984), é possível entender a cooperação internacional como um processo de coordenação de políticas e ações por meio do qual os atores do sistema ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas de outros atores, havendo um interesse compartilhado e ganhos recíprocos para todos os envolvidos.

No contexto regional, a política de cooperação mais efetiva por parte dos governos da América Latina pode significar uma lógica positiva no caminho da superação dos problemas estruturais dos países da região.

No que concerne à integração regional, essa pode ser definida como um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações atinentes aos atores internacionais – sejam eles governamentais ou não governamentais – levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional. Ademais, é oportuno ressaltar que a integração pressupõe uma cooperação ampliada não só na área econômica, mas também na área política e sociocultural (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Tomando por base essa definição, cabe notar que a integração econômica que visa à criação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns ou uniões monetárias¹⁵ é apenas uma etapa da integração regional, reiterando que essa deve abranger várias outras áreas para consolidar-se por completo.

Entretanto, longe de um otimismo ideológico progressista, é importante ressaltar que apesar dos empecilhos que possam permear os processos integracionistas na América Latina, esses vêm sendo continuamente estimulados, num primeiro momento em decorrência do descontentamento dos resultados políticos, econômicos e sociais do alinhamento às políticas neoliberais na década de 1990 e, num segundo momento, diante da crise financeira disseminada que terminou por afetar as nações da região, visto reunir propostas que podem servir a um interesse mútuo de desenvolvimento, auxiliando a mitigar os problemas que se interpõem à realidade da região.

Em perspectiva histórica, a primeiro esforço integracionista da América Latina remonta ao início do século XIX, tendo em Simón Bolívar o seu principal idealizador. Herz e Hoffman (2004) relatam que Bolívar lutou pela unificação dos Estados latino-americanos, tendo o objetivo estratégico de garantir a independência da região contra possíveis tentativas de reconquista por parte das potências europeias e também de proteger a região contra uma política expansionista por parte dos Estados Unidos que, em 1823, haviam lançado a doutrina Monroe.

Depois do impulso pioneiro de Bolívar, inúmeros projetos com vistas à integração regional surgiram na América Latina, tais como: a Associação Latino-americana de Livre Comércio – ALALC (1960); o Mercado Comum Centro Americano – MCCA (1960); a Comunidade Andina de Nações – CAN (1969); a Associação Latino-americana para o Desenvolvimento de Integração – ALADI

15 Níveis de integração econômica: Área de Livre Comércio – as tarifas comerciais entre seus membros são eliminadas, mas cada um possui tarifas comerciais diferenciadas com terceiros; União Aduaneira – É uma área de livre comércio com uma tarifa externa comum; Mercado Comum – Além da tarifa externa comum, promove também a harmonização da política comercial e livre circulação de serviços, capitais e pessoas; União Monetária – é um mercado comum acrescido de uma moeda comum como forma de harmonização da política monetária (HERZ; HOFFMAN, 2004).

(1980); o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (1991); Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (1998); a Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA (2004); e a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL (2008), para mencionar os principais¹⁶.

É notório que todas essas iniciativas foram de fundamental importância para a instrumentalização do diálogo estratégico, impulsionando maiores parcerias entre os países. Assim sendo, não se pode negar que simbolizaram avanços importantes no caminho da integração regional. Nesse contexto, é oportuno citar a recente criação do Conselho de Economia e Finanças da UNASUL, firmado em 12 de agosto de 2011. Para Honório et al (2011), esse conselho representa um significativo espaço autônomo de articulação para o enfrentamento da crise financeira, mais do que isso, é também um instrumento que fomenta reações à crise por intermédio do aprofundamento da integração regional. Em virtude das dificuldades de promover uma efetiva integração regional na América Latina, cabe destacar que os esforços integracionistas empreendidos até agora ainda não lograram uma coesão total que permitisse a inclusão de todos os países latino-americanos, utilizando a sinergia de suas capacidades em nome de projetos abrangentes que contemplassem ao mesmo tempo os eixos: econômico, político, cultural e tecnológico.

Porém, dialogando com Couto (2013), observa-se um esforço e um estímulo político para o estabelecimento das chamadas parcerias estratégicas. A despeito da ausência de concordância quanto ao uso do termo, entende-se aqui que as parcerias estratégicas são simultaneamente um artifício que permite às nações buscar um maior grau de integração, principalmente quando se trata de prioridades econômicas e políticas, e uma forma de burlar a obrigatoriedade presente no discurso multilateral, permitindo a adoção de estratégias bilaterais em acordos e tratados entre as nações. Logo, o relacionando de uma nação com seu entorno geográfico, sob o signo da integração e da cooperação, usando, entre outros instrumentos, as parcerias estratégicas, tem a capacidade de minorar efeitos negativos, como os explicitados aqui quando da disseminação da crise financeira internacional, bem como no objetivo de minorar as incertezas e oscilações presentes nas relações da economia política internacional.

Ainda no que concerne às parcerias estratégicas, Couto (2013) e Lessa e Oliveira (2013) concordam que o aprofundamento da integração sul-americana, e aqui deriva-se para a América Latina, tem sido prioridade da agenda de política externa dos países envolvidos, figurando como estratégia de inserção internacional mais ativa e alta. Todavia, considerando o bloco de países constituintes da região, observa-se objetivos distintos para o firmamento das parcerias estratégicas. O Brasil, por exemplo, tem um objetivo de maior projeção global, obter voz ativa na construção e discussão da agenda internacional; já outros têm objetivos mais “curto-prazistas”, ou seja, sanar problemas econômicos e sociais que os distanciam da dinâmica global e aumentam o gap entre as nações da região. Portanto, o desequilíbrio econômico e o posicionamento político não raro conflitantes a respeito de temas da agenda internacional tendem a dificultar a operacionalização de uma integração mais robusta.

Dupas e Oliveira (2008) argumentam que uma verdadeira integração – que recriasse a capacidade política dos Estados latino-americanos, enlaçando-os em uma esfera regional que visasse à solução dos problemas comuns – desencadearia uma lógica positiva de spillover, gerando

16 Informações detalhadas acerca de cada um desses processos de integração podem ser encontradas em: <http://www.rqic.alternatives.ca/forum/prospectivacut.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

maior equidade e coesão social na região, ao passo que ampliaria o espaço para acordos político-diplomáticos, minimizando eventuais descompassos.

Reforçando o discurso pró-integração, Hermann (2008), ao apontar uma dificuldade presente na região latino-americana, chama atenção para o fato de que a maioria dos países submeteu suas políticas macroeconômicas e suas capacidades de crescimento ao metabolismo do mercado internacional, avaliando que é necessário repensar seus modelos nacionais de desenvolvimento, formulando alternativas menos dependentes e mais alicerçadas no estímulo ao mercado doméstico. Logo, a proposta regionalista tende a suprir a necessidade de fortalecer o mercado interno e, nesse sentido, Rojas Aravena (2009) alerta que esse deveria ser o mercado latino-americano e não o mercado doméstico de cada país isoladamente.

Seguindo a lógica de que é fundamental um maior intercâmbio regional para que se ampliem as facilidades de acesso ao comércio intra latino-americano, Coggiola (2010) acrescenta que é impraticável planejar uma forte integração entre países se todos eles exportam commodities para os mercados globais, mas na prática não têm políticas produtivas comuns. Ou seja, a despeito da possibilidade aberta pela integração e pelo questionamento dos líderes dos países que constituem a região, deve-se observar obstáculos estruturais que podem obstaculizar a integração regional. A esse respeito, Assis (2011) ratifica que o ponto fraco dos processos integracionistas já desenvolvidos na região está em não enfocarem a lógica da integração produtiva. Nesse sentido, afirma que investimentos recíprocos entrelaçados e cadeias produtivas integradas têm o poder de gerar uma firme plataforma de desenvolvimento regional.

Embora se reconheça as dificuldades para a construção de uma integração regional sólida e as lacunas que os atuais processos integracionistas da região apresentam, considera-se que é indispensável continuar avançando rumo ao aprofundamento da cooperação regional e sub-regional, fortalecendo os mecanismos de integração já existentes e impulsionando o fomento de novos espaços políticos e institucionais.

Em um cenário de crise conforme vivenciado no período em destaque, os países latino-americanos necessitam redobrar seus esforços para empreender espaços regionais ampliados. A CEPAL (2010) identificou, nesse sentido, alguns eixos prioritários, dentre eles: o desenvolvimento de uma infraestrutura para a integração; o apoio ao comércio intrarregional, o fortalecimento do âmbito social e um esforço renovado que aborde as assimetrias entre os países da região. Ainda de acordo com relatórios da CEPAL (2008), a colaboração mais estreita dentro do Caribe, América Central e América do Sul não é apenas um relevante objetivo político, mas um imperativo para que a região insira-se da melhor forma em uma economia global que se torna cada vez menos dinâmica, de modo que as medidas adotadas em conjunto nos setores de infraestrutura, energia, conectividade e facilitação do comércio intrarregional irão converter-se em fatores decisivos para a competitividade e crescimento da América Latina. O efetivo fortalecimento da integração regional estimula, também, uma diversificação produtiva, favorecendo as exportações de manufaturados que possuem maior valor agregado e incentivando uma plataforma de aprendizagem que propicia maior inserção em nível mundial.

Em razão dos motivos expostos, reafirma-se a importância e a necessidade dos países da América Latina desenharem uma agenda comum embasada na cooperação e no estreitamento das parcerias estratégicas. Nesse ínterim, cabe observar, sob uma perspectiva realista, que a forte

coesão de um grupo de países pode elevar seus diferenciais de poder, aumentando a autonomia e o potencial de barganha da região no cenário internacional. Ademais, torna-se claro que a integração é um instrumento indispensável para mitigar os efeitos deletérios de crises econômicas globais e os problemas estruturais que insistem em frear o desenvolvimento da América Latina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, entende-se que a crise financeira que afligiu o sistema internacional foi produto de uma série de acontecimentos regidos pelo intento da desregulamentação. Esses acontecimentos, por sua vez, geraram um novo regime de finanças marcado pela arriscada atividade especulativa desacoplada da órbita real de produção. Em função disso e dos processos globalizantes, a crise originada no cerne do setor imobiliário estadunidense facilmente repercutiu por todos os continentes, altamente interconectados.

Diante do cenário descrito, observou-se, pela leitura de alguns indicadores, que a América Latina como um todo sofreu com os efeitos negativos provocados pela crise supracitada. Em 2008, já foi possível perceber os primeiros impactos, com generalizada queda das bolsas de valores das economias latino-americanas, ao passo que em 2009 o crescimento negativo atingiu toda a região, com forte desaceleração das exportações e relevante queda do PIB. Em 2010, houve uma melhora pontual que logo foi revertida pelo momento crítico de desaceleração presenciado novamente em 2011, como reflexo, mais uma vez, dos importantes desequilíbrios em que se encontram mergulhados os principais países industrializados.

Essa conjuntura demonstrou o quanto a América Latina ainda está condicionada às circunstâncias internacionais, evidenciando várias fragilidades estruturais que marcam a sua construção econômico-social e revelando a sua notável dependência tecnológica e financeira.

Frente ao exposto, pretendeu-se apresentar a integração regional e a cooperação decorrente da primeira como uma possibilidade de atenuar os efeitos negativos de ambientes afetados por crises externas, partindo do pressuposto de que a interdependência característica do ambiente internacional tende a propagar as consequências das oscilações econômicas e políticas, conforme causadas por crises financeiras.

A esse respeito, foi destacado que integração regional, que pressupõe a ampliação da cooperação intrarregional, pode auxiliar a amenizar as dificuldades comuns aos países da América Latina, observando seus aspectos econômicos e políticos. A mudança do tom da narrativa dos líderes regionais veio confirmar que parte das práticas sugeridas e adotadas na década de 1990, sob o signo da proposta neoliberal, não lograram o sucesso esperado e, particularmente na América Latina, acentuaram desequilíbrios internos e estruturais já inerentes a essas economias. Uma saída, quando associada ao movimento de integração regional e aos esforços de cooperação, estaria no estabelecimento de parcerias estratégicas. Porém, ao mesmo tempo que permitem reforçar o ímpeto de um posicionamento mais autônomo dos países da região, também gera um obstáculo por se criar um sistema de preferência e privilegiar setores e áreas. Ainda, as desigualdades estruturais e conjunturais entre os países da região também constituem-se em obstáculo para o pleno funcionamento do esquema pressuposto pela integração regional.

Contudo, não se pode fazer vista grossa às possibilidades abertas ao desenvolvimento de ações coordenadas por parte dos governos latino-americanos que permitem a esses aumentar a capacidade de solucionar os problemas que se interpõem à realidade da região, fortalecendo sua autonomia, ao mesmo tempo em que possibilitam maior e mais sólida inserção no cenário internacional.

Tornou-se claro que é indispensável continuar rumo a uma maior coesão econômica, política e social, embora existam dificuldade e lacunas nos processos de integração regional já existentes na América Latina,.

Em linhas gerais, não se pretende sugerir, de forma idealista, que a integração regional seja a solução perfeita para todos os percalços que se apresentam à América Latina. Contudo, infere-se aqui que o aprofundamento dos laços integracionistas tende a funcionar como fator atenuante dos efeitos negativos originados por cenários de crise, como o caso observado da crise financeira global disseminada a partir de 2007, além de contribuir positivamente para o desenvolvimento político e econômico da região.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. C. (2012) Uma Estratégia para Conter o Tsunami do Dumping Comercial à Vista. *Rumos do Brasil*. Disponível em: <http://www.rumosdobrasil.org.br/2011/03/24/intersul-uma-estrategia-para-conter-o-tsunami-do-dumping-comercial-a-vista/> Acesso em: 25 out. 2012.

AYLLÓN, B. (2007) La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*. Vol. 2, nº 2.

BALASSA, B. (1973). *Teoria da Integração Econômica*. Lisboa: Clássica Editora.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2012) *Glossário*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?glossario> Acesso em: 24 set. 2012.

BANDEIRA, L. (2012) As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v.45 n.2. pp. 135-146.

BLYTH, Mark. (2009) O Fim do Capitalismo Americano? Mark Twain, Lake Wobegon e a Crise Atual. *Journal USA*: Bureau de programas de informações internacionais. Vol. 14, nº 5, maio.

CAMPOS, Marcella Pontes de. (2008) As crises do dólar e do sistema financeiro internacional. *Meridiano 47*. nº 92, março, pp. 26-27.

CANO, Wilson. (2009) América Latina: Notas sobre a Crise Atual. *Revista Economia e Sociedade*. v. 18, n 3, dezembro, pp.603-621.

CARCANHOLO, M.; PINTO, E.; FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. (2012) *Crise Financeira Internacional: Natureza e Impacto*. 2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise_financiera_internacional_gep_maio_2008.pdf. Acesso em: 12 out. 2012.

CEPAL. (2011) *Desafios do Desenvolvimento Econômico e Social de América Latina e o Caribe 2011*. Disponível em: <http://www.eclac.cl/noticias/paginas/1/39501/2011.11.25-desafios-desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

CEPAL. (2010) *Crise originada no centro e recuperação impulsionada pelas economias emergentes*. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/9/40709/P40709.xml&xsl=/comercio/tplp/p9f.xsl&base=/comercio/tpl-p/top-bottom.xsl>. Acesso: 05 nov. 2012.

CEPAL. (2009a) *Estudio Económico de América Latina y el Caribe: Impacto distributivo de las políticas públicas*. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/3/40263/P40263.xml&xsl=/de/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl-i/top-bottom.xslt>. Acesso em: 19 out. 2012.

CEPAL. (2009b) *Las Repercusiones de la Crisis en los países de América Latina y el Caribe: Segunda Reunión de Ministros de Hacienda de América y el Caribe Viña del Mar*. Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/42721/Segunda_Reunion_de_Ministros_de_Hacienda.pdf. Acesso em: 18 out. 2012.

CEPAL. (2008) *Espacios de Cooperación e Integración Regional: Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/36906/ESPACIOS_COOPERACION_INTEGRACION_REGIONAL_vf.pdf. Acesso em: 24 set. 2012.

CERVO, A. (2007) *Relações Internacionais da América Latina: novos e velhos paradigmas*. São Paulo: Saraiva.

COUTO, Leandro (2013). Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico. In: LESSA, Antônio Carlos, OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (org.) (2013). *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências regionais*. Belo Horizonte: Fino traço. Vol. 1. pp. 195-217.

DUPAS, G.; OLIVEIRA, M. F. (2008) A União Sul-Americana de Nações: oportunidades econômicas e entraves políticos. In: AYERBE, Luis Fernando (org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Unesp.

COGGIOLA, O. (2010) América Latina na Crise Econômica Mundial. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*. Vol. 2, nº 1, jan, pp. 6-15.

CORAZZA, Gentil. (2002) Globalização financeira: a utopia do mercado e a reinvenção da política. *Revista Análise Econômica*. Vol. 17, nº 32, março, pp.1-15.

FARHI, Maryse *et al.* (2008) A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. *Dossiê da Crise I*. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>. Acesso em: 16 jul. 2012.

FILGUEIRAS, L. (2012) *As medidas de estímulo são pontuais e insuficientes para enfrentar as questões fundamentais*. Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/entrev_det.asp?Id_ent=89 Acesso em: 06 out. 2012.

FILHO, Fernando Ferrari., PAULA, Luiz Fernando de. (org). (2012) *A Crise Financeira Internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. São Paulo: Unesp.

FURTADO, Celso. (2000). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra.

FURTADO, Celso. (1994). A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 3, pp.37-42.

GEISST, Charles R. (2009) A Globalização e Sistema Financeiro dos EUA. *Journal USA: Bureau de programas de informações internacionais*. Vol. 14, nº 5, maio.

GOLÇALVES, Reinaldo. (2012) *A Crise Internacional e a América Latina. Com referência Especial ao caso do Brasil*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_02_18_CriseInternacional2.pdf. Acesso em: 10 out. 2012.

HAAS, Ernest B. (1964). *Beyond the Nation State*. Stanford: Stanford University Press.

HERMANN, Jennifer. (2008) Da Liberalização à Crise Financeira Norte-Americana: a morte anunciada chega ao Paraíso. *Dossiê da Crise I*. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>. Acesso em: 12 ago. 2012.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. (2004) *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

HONÓRIO, Z. et al. (2011) A crise econômica mundial e as turbulências recentes. *Nota Técnica*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec104CriseEconomica.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2012.

IPEA. (2012) *Crise Internacional: Reações na América Latina e Canais de Transmissão no Brasil*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_02_18_CriseInternacional2.pdf. Acesso em: 12 out. 2012.

ITAMARATY. (2009) *Cúpula de Pittsburgh - Declaração dos Líderes do G-20*, Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro/g-20-declaracao-de-pittsburgh/?searchterm=G-20%20Pittsburgh>.

KEOHANE, R. (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in The World Political Economy*. New Jersey: Princeton University Press.

KRUGMAN, Paul. (2009) A gravidade da crise financeira. *Mirada Global*. Disponível em: http://miradaglobal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=774%3Ala-gravedad-de-la-crisis-financiera&catid=28%3Aeconomia&Itemid=32&lang=pt. Acesso em: 29 jul. 2012.

LESSA, Antônio Carlos, OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (org.) (2013). *Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências regionais*. Belo Horizonte: Fino traço. Vol 1.

LUCAS, Henrique Fernando, LEITE, Alexandre Cesar Cunha. (2010). De Basiléia para “Brasiléia”: trazendo o Acordo Internacional de Capital para a realidade Brasileira. *IV Encontro da Associação Keynesiana Brasileira*, pp. 1-19.

MACIEL, T. M. (2009) As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. *Ponto e Vírgula*. Vol. 5. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/pdf/pv5-20-tadeumorato.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MATLARY, J. H. (1994) International theory and international relations theory: what does the elephant look like today and how should it be studied? *European Community Studies Association (ECSA), World Conference*.

PAULA, L. F. D.; FERRARI FILHO, F. (2011) Desdobramentos da Crise Financeira Internacional. *Revista de Economia Política*. Vol. 31, nº 2, abril – junho, pp. 315-335.

PEDROSO, Carolina Silva. (2013) O Brasil de Lula da Silva: entre o regional e o global. O Caso da UNASUL. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Vol.2, nº3, Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2388>>.

PRATES, Daniela Magalhães. (2011) O efeito-contágio da crise global sobre os países emergentes. *Revista de Economia Política*. Vol.31, nº2, abril – junho, pp. 128-163.

PROSPECTIVA. (2012) *Integração Regional na América Latina: O Processo “Real” e a Visão da Aliança Social Continental*. Disponível em: <http://www.rqic.alternatives.ca/forum/prospectivacut.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

RAMAZINI JÚNIOR, Haroldo y VIGEVANI, Tullo (2010) *Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil*. In OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año XI, Nº 27, abril. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal27/06Vigevani.pdf>.

RIGGIROZZI, Pía. Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina. p. 129-152. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. *El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012*. Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ROJAS ARAVENA, F. (2009) Siete Efectos Políticos de la Crisis Internacional en América Latina. *Nueva Sociedad*, nº 224, novembro – dezembro, pp. 128-143.

SALAMA, P. (2009) Argentina, Brasil e México Diante da Crise Internacional. *Estudos Avançados*, vol 23, nº 65, pp. 27-48.

SANTORO, Maurício. (2012) *A Crise financeira e a América Latina*. Disponível em: <http://todososfogos.blogspot.com.br/2008/10/crise-financeira-e-amrica-latina.html>. Acesso em: 17 out. 2012.

SERBIN, Andrés. (2009) A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?. *Nueva Sociedad*, 2009. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-1_1.pdf>.

SILVA, Bruno Mattos e. (2010) A desregulação dos mercados financeiros e a crise global. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, nº 2522, maio. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/14926>. Acesso em: 24 set. 2012.

SINGER, Paul. (2009) A América Latina na Crise Mundial. *Estudos Avançados*. Vol. 23, nº 66, pp 91-102.

SOBREIRA, R. (2008) Os Derivativos e a Crise de Crédito. *Dossiê da Crise I*. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>. Acesso em: 30 out. 2012.

SOROS, George. (2009) Regulamentação Revisitada: A Teoria do Equilíbrio de Mercado está Errada. *Journal USA: Bureau de programas de informações internacionais*. Vol. 14, nº 5, maio.

THORSTENSEN, V. NAKANO, Y. (1994) O Brasil frente a um mundo dividido em blocos. São Paulo: Nobel.

UQBAR. (2012) *Manual Uqbar de Securitização: Um Glossário de Termos*. Disponível em: <http://manual.uqbar.com.br/portal/Manual/default/Content?action=2&uri=/Manual/S/securitizacao.html> Acesso em: 09 set. 2012.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*. 29 (2): 273-335.

WOLF, Martin. (2009). *A Reconstrução do Sistema Financeiro Global*. Rio de Janeiro: Elsevier.